

VASP — a empresa aérea 5 anos na frente.

Parque Laje: Vereador diz que Tamoyo agiu legalmente

O vice-líder da Arena na Câmara Municipal, Barcellos Neto, disse ontem que "lendo os documentos referentes à construção dos dois edifícios ao lado do Parque Laje, verifica-se facilmente que a administração do Prefeito Marcos Tamoyo agiu rigorosamente dentro das normas legais e confirmou mais uma vez o seu cuidado administrativo e acurado senso de responsabilidade".

Barcellos Neto, que discursou durante 45 minutos, no grande expediente, leu vários documentos relativos à autorização dada pela Prefeitura para as obras; entre eles, citou pareceres do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Procuradoria-Geral do Estado e do antigo Conselho Superior de Planejamento Urbano.

Disse ainda o vice-líder arenista que "se vê claramente que a licença concedida foi expedida após parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quanto ao afastamento da edificação ao Parque Laje, obedecendo diretrizes do Conselho Superior de Planejamento Urbano (Resolução nº 1/72, de 24 de fevereiro de 1972, e o Decreto "E" nº 5.457, de 26 de fevereiro de 1972, editado pelo então Governador do Estado da Guanabara, em vigor e não revogado pela atual administração)".

O Decreto "E" nº 5.457, citado por Barcellos, delimita a área de proteção à paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas e estabelece condições de edificação nesta área. Segundo o vereador, "a eminente autoridade que baixou esse decreto, que

possibilitou as construções nas proximidades do Parque Laje, chama-se Governador Chagas Freitas".

— Esse ilustre chefe e hoje mentor político dos representantes do MDB nesta Câmara lançou aquele decreto baseado nos pareceres dos ilustres membros do Conselho Superior de Planejamento Urbano, integrado pelos seguintes nomes: Francisco Manuel de Mello Franco (presidente); Emílio Ibrahim da Silva (Secretário de Obras); e Lúcio Costa, pelo IPHAN.

Dúvidas

Barcellos Neto lembrou que, após licenciado o projeto, de acordo com a legislação vigente desde 1972 e com certidão do IPHAN — sugerindo tão-somente o exame dos órgãos municipais, quanto à conveniência de afastamento das construções em relação à divisa, de modo a evitar qualquer mutilação daquele arvoredo do Parque Laje — o afastamento sugerido foi ampliado para mais de seis metros.

Explicou o vice-líder da Arena que, "face às dúvidas lançadas quanto ao prejuízo à vegetação", houve um pronunciamento do delegado estadual do IBDF, datado de 31 de maio de 1977; e um laudo de vistoria dos peritos do IBDF, de 2 de maio, que mostrou que o rebaixamento do lençol de água não atingiu o equilíbrio hídrico do solo do Parque Laje, nem injuriou as plantas próximas.

— A Prefeitura concedeu a licença, com base na mesma legislação que, em

anos de 1974, o Conselho de Planejamento Urbano determinou que, para a região, era válida, no exame do processo de edificação no terreno em que se situava o Solar do Monjope, em frente ao Parque Laje. Com essa exposição, chegamos à conclusão de que a demagogia, a intolerância e as vindetas pessoais de alguns vereadores não lhes permitiram ver com os olhos de quem deseja conhecer a verdade e acusar a autoridade municipal, que, ao contrário, precisa ser reconhecida como a mantenedora de humanização dessa cidade.

Para o Vereador Barcellos Neto, "se fosse a acusação verdadeira, de concessão indevida das obras ao lado do Parque Laje, deveria ser dirigida a outras autoridades, não ao Prefeito Marcos Tamoyo; devia ser dirigida aqueles que elaboraram a legislação de 1972, e que continua válida até hoje".

— Para encerrar definitivamente a matéria, eis aqui parecer da Procuradoria-Geral do Estado, pedido pelo prefeito, quando das dúvidas lançadas pelo Conselho Estadual de Cultura. O parecer conclui pela total legalidade da licença, que não foi dada pelo Prefeito, e sim, normalmente, como um ato de rotina administrativa. E mais: o Governador do Estado, o correto, digno e ilustre Almirante Faria Lima, aprovou o parecer e comunicou o mesmo ao Prefeito Marcos Tamoyo. Como se pode pedir impedimento a quem está ciente da matéria e aprovou a legalidade da licença?

Procurador pede nunciação da obra

O Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro, Hernando Américo Falcone, solicitou ontem ao Procurador da República no Estado a propositura, no interesse da Fazenda Nacional, da ação de nunciação de obra nova — que visa à paralisação ou demolição de obra em andamento que fira os direitos de terceiros —, "a fim de impedir a edificação de obra em imóvel vizinho ao Parque Laje, bem tombado pelos governos federal e estadual".

É o seguinte o ofício à Procuradoria da República no Estado do Rio:

"Em face de solicitação da direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e em cumprimento a despacho do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, exarado no Processo nº MF 0768-36.513/77, aprovando parecer do Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, cabe-me solicitar a V. Sa., no interesse da Fazenda Nacional, a propositura da ação de nunciação de obra nova (artigo 934 do Código de Processo Civil), a fim de impe-

dir a edificação de obra nova em imóvel vizinho ao Parque Laje, situado à Rua Jardim Botânico, nesta cidade, tombado pelos governos federal e estadual, obra aquela que prejudica as servidões e os fins a que se destina, conforme o Decreto nº 77.293, de 11-3-75.

"Solicito, outrossim, sejam requeridas as medidas previstas no artigo 936 e, se necessário, o embargo liminar admitido pelo artigo 937 do Código de Processo Civil. Para esse fim, encaminho a V. Sa., em anexo, cópia autenticada dos seguintes elementos:

"a) título de propriedade do Parque Laje — escritura de compra e venda, transação e outros pactos, lavrada a fls. 93/97 do Livro Especial nº 3. A, da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, acompanhado de certidões da Secretaria de Finanças do Estado e do 2º Ofício de Registro de Imóveis; b) planta do imóvel; c) ofício nº 113, de 13/4/77, do Sr. Diretor

do Jardim Botânico ao Delegado Estadual do IBDF do Rio de Janeiro, e respectivo anexo; d) parecer do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de 5/9/77, aprovado pelo despacho do Exmº Sr. Ministro da Fazenda, de 5/9/77, no Processo nº 016-07.472/77; e) ofícios nºs 325 e 323, de 28/9/77, do Sr. Diretor do Jardim Botânico do Rio, dirigidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Serviço de Patrimônio da União, respectivamente; f) parecer do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de 5/10/77, aprovado por despacho do Exmº Sr. Ministro da Fazenda, de 10/10/77, no Processo 0768-36.513/77.

"Informo a V. Sa. que outros elementos, acaso julgados necessários à propositura ou instrução da ação, poderão ser solicitados a esta Procuradoria da Fazenda Nacional ou à direção do Jardim Botânico.

"Finalmente, cumpre-me agradecer a V. Sa. as providências adotadas nos autos da ação popular".